



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

Boletim de **TRABALHO**

DO RIO GRANDE DO SUL



V. 4 N. 1



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Governador: Ranolfo Vieira Júnior

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

Secretário: Claudio Gastal

Secretária Adjunta: Izabel Matte

Subsecretário de Planejamento: Antonio Paulo Cargnin

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

Diretor: Pedro Tonon Zuanazzi

Divisão de Análise Econômica: Vanessa Neumann Sulzbach

BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL

V. 4, N. 1, abril 2022

Porto Alegre, RS

Bol. Trab.	Porto Alegre	v. 4	n. 1	p. 1-20	abr. 2021
------------	--------------	------	------	---------	-----------

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/boletim-trabalho>

Departamento de Economia e Estatística (DEE-SPGG)
R. Duque de Caxias, 1691
Porto Alegre - RS - 90010-281
Fone: (51) 3216-9000
E-mail: dee@planejamento.rs.gov.br
Homepage: <https://dee.rs.gov.br/inicial>

Diretor: Pedro Tonon Zuanazzi
Chefe da Divisão de Análise Econômica: Vanessa Neumann Sulzbach
Equipe Técnica: Guilherme Gaspar de Freitas Xavier Sobrinho e Raul Luís Assumpção Bastos

Revisão Técnica: Martinho Roberto Lazzari
Revisão de Língua Portuguesa: Susana Kerschner
Normalização Bibliográfica: João Vítor Ditter Wallauer
Projeto Gráfico: Vinicius Ximendes Lopes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Boletim de trabalho do Rio Grande do Sul / Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, Departamento de Economia e Estatística – V. 1, n. 1, (2019)- . – Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2019- .
v. : il.

Trimestral.

1. Mercado de trabalho – Rio Grande do Sul. 2. Trabalho formal – Rio Grande do Sul. I. Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística.

CDU 331.5(816.5)

Bibliotecário responsável: João Vítor Ditter Wallauer – CRB 10/2016

O Boletim de Trabalho oferece, trimestralmente, análises sobre o mercado de trabalho no Rio Grande do Sul, aprofundando, a cada edição, algum aspecto referente à força de trabalho e à ocupação, em dimensões como os rendimentos, o perfil demográfico dos trabalhadores e as diferentes formas de inserção no mercado.

SUMÁRIO

SUMÁRIO EXECUTIVO	4
1 O MERCADO DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL NO QUARTO TRIMESTRE DE 2021	5
1.1 PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO	5
1.2 NÍVEL DE OCUPAÇÃO E TRABALHO INFORMAL	7
1.3 SUBUTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO	8
1.4 RENDIMENTOS DOS OCUPADOS	10
1.5 SÍNTESE DAS EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS	12
2 EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL NOS ÚLTIMOS 12 MESES (FEV./2021-FEV./2022)	13
2.1 A VARIAÇÃO DO ESTOQUE DE POSTOS FORMAIS NO BRASIL E NAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO	13
2.2 A DINÂMICA SETORIAL DO EMPREGO GAÚCHO	14
2.3 OS RESULTADOS NAS REGIÕES FUNCIONAIS (RFs) GAÚCHAS	16
2.4 A VARIAÇÃO DO EMPREGO SEGUNDO ATRIBUTOS PESSOAIS DOS TRABALHADORES	17
2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
REFERÊNCIAS	20

SUMÁRIO EXECUTIVO

A **seção 1** deste número do **Boletim de Trabalho do Rio Grande do Sul**, cujo objeto é o desempenho do mercado de trabalho do Estado no 4.º trim./2021, foi elaborada com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em um contexto de recuperação econômica frente à recessão de 2020, identificou-se, no 4.º trim./2021, melhora em alguns dos principais indicadores do mercado de trabalho do RS, sendo importante exceção aqueles relacionados com os rendimentos dos ocupados.

A tendência de retorno da população à força de trabalho teve continuidade no 4.º trim./2021. No RS e nas referências comparativas selecionadas — SC, PR, SP e o País —, houve aumento da **taxa de participação na força de trabalho** (TPFT). Todavia, em relação ao 4.º trim./2019 — ou seja, o trimestre no qual a economia e o mercado de trabalho ainda não tinham sido atingidos pelos efeitos da pandemia de Covid-19 —, somente no PR a TPFT havia se recuperado integralmente.

Verificou-se continuidade no processo de recuperação do **nível de ocupação** no mercado de trabalho do RS, no 4.º trim./2021. Entre o RS e as referências comparativas selecionadas, somente SC e PR atingiram, nesse trimestre, níveis do indicador levemente acima dos do 4.º trim./2019, recuperando-se totalmente da queda nele registrada durante os piores efeitos econômicos da pandemia de Covid-19.

Após ter tido uma retração relevante no início da pandemia de Covid-19, nos dois primeiros trimestres de 2020, a **taxa de informalidade** (TI) foi passando por um processo de elevação, o qual teve continuidade no 4.º trim./2021, ratificando que a recuperação da ocupação tem sido mais expressiva entre as inserções com maior precariedade no mercado de trabalho. Quando se compara a TI do 4.º trim./2021 com a do trimestre que antecede a pandemia de Covid-19, o RS, diferentemente de SC, PR, SP e do País, ainda mantém o indicador levemente abaixo do verificado no 4.º trim./2019.

No RS, a **taxa de desocupação** (TD) ficou estável no 4.º trim./2021, enquanto teve queda nos demais estados da Região Sul, em SP e no Brasil. A TD retornou para níveis inferiores aos existentes antes da

pandemia de Covid-19 (4.º trim./2019) em SC, PR e SP; no País, o indicador situava-se, no 4.º trim./2021, exatamente no mesmo nível do 4.º trim./2019; já no RS, o nível da TD continuava superior ao do 4.º trim./2019.

A **taxa composta de subutilização da força de trabalho** (TCSFT) — o mais amplo indicador de subutilização da força de trabalho —, no cotejo interanual, evidenciou redução no RS e nas suas referências comparativas. Não obstante o comportamento favorável do indicador, somente SC e PR passaram a ter níveis da TCSFT inferiores aos do 4.º trim./2019.

O **rendimento médio real habitual** dos ocupados, na comparação do 4.º trim./2021 com o mesmo trimestre de 2020, registrou redução no RS, nos demais estados da Região Sul, em SP e no País. No caso do RS, o rendimento médio real habitual do 4.º trim./2021 passou a ser o menor desde o 3.º trim./2012 da série temporal da PNAD Contínua; no PR, em SP e no País, o menor de toda a série temporal da Pesquisa, iniciada em 2012.

No cotejo interanual, a **massa de rendimento real habitual** dos ocupados ficou estável no RS e nas suas referências comparativas, apreendendo uma combinação de desempenho positivo do nível de ocupação e negativo do rendimento médio real habitual. Quando se compara o 4.º trim./2021 com o 4.º trim./2019, a massa de rendimento real habitual dos ocupados situava-se no RS, nos demais estados da Região Sul, em SP e no País, em nível inferior, o que revela que a esta ainda não se recuperou plenamente das perdas verificadas durante o momento econômico mais adverso pandemia de Covid-19.

A segunda seção do Boletim detém-se no segmento formal do mercado de trabalho, analisando a série de registros mensais do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego. Enfatizam-se os resultados do RS no acumulado dos 12 meses que se encerraram em fevereiro de 2022, última informação divulgada. Nesse período, o número de vínculos de emprego oficializados no Estado aumentou 5,3%, tendo sido gerado um adicional de 130,6 mil postos de trabalho. No agregado do Brasil, o crescimento foi de 6,7%, e o mercado formal gaúcho foi o penúltimo colocado na magnitude da variação percentual, superando apenas o Sergipe (5,1%).

O setor serviços liderou a expansão no Estado, com quase 60 mil vagas adicionais, obtendo também o maior crescimento relativo 5,9%. Esse setor havia

sofrido a mais severa redução nos 12 meses anteriores (entre o final de fevereiro de 2020 e o mesmo momento de 2021), que podem ser tomados como o primeiro ano da epidemia de Covid-19. Nesse período, a indústria havia logrado expandir sua força de trabalho, e essa tendência manteve-se no segundo ano da pandemia, quando o setor teve a segunda melhor colocação, tanto na variação relativa (5,2%), quanto em número de novos vínculos (34,4 mil). Os segmentos industriais que se destacaram foram, primeiramente, máquinas e equipamentos, com o maior número de vínculos criados e uma das mais altas taxas de crescimento; em número de postos, seguiram-se couro e calçados, e produtos de metal; já em percentual de expansão, manutenção de máquinas e metalurgia ocuparam as duas primeiras posições.

No setor serviços, atividades que tinham recebido o mais duro impacto, do ponto de vista do emprego, no primeiro ano da pandemia, passaram, nos últimos 12 meses, por uma considerável recuperação, situação em que se destaca alojamento e alimentação. Outros segmentos, que haviam atravessado os 12 primeiros meses da crise sanitária com expansão de seus contingentes empregados, mantiveram a tendência de crescimento, caso das atividades de saúde ou as imobiliárias.

O emprego formal cresceu nas nove Regiões Funcionais (RFs) do RS, entre fevereiro de 2021 e fevereiro de 2022. Pelo critério das variações percentuais, o Litoral Norte (RF4) liderou com larga distância, registrando 11,0%, ao passo que o Sul do Estado (RF5) voltou a apresentar o desempenho menos favorável (3,4%).

Nos últimos 12 meses disponíveis, o emprego cresceu mais para as mulheres do que para os homens, revertendo a desvantagem que havia recaído sobre elas nos 12 meses anteriores. A tendência de sobrerrepresentação dos trabalhadores mais jovens, por outro lado, acentuou-se: 82,8% do saldo de emprego, entre fev./21 e fev./22 concentraram-se na faixa etária com até 25 anos, enquanto o contingente de indivíduos com 50 anos ou mais formalmente empregados passou por redução em números absolutos. O ensino médio completo foi o nível de escolaridade da grande maioria dos trabalhadores incorporados ao mercado formal gaúcho nos últimos 12 meses analisados. Não apenas os indivíduos com menos anos de estudo, mas também aqueles com nível superior incompleto ou completo, tiveram, proporcionalmente, dificuldades muito maiores para obter ocupação com vínculo legalizado.

1 O MERCADO DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL NO QUARTO TRIMESTRE DE 2021

Esta seção, cujo objeto é o desempenho do mercado de trabalho do Estado no 4.º trim./2021, foi elaborada com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O mercado de trabalho do RS apresentou sinais de uma recuperação parcial em alguns de seus principais indicadores no 4.º trim./2020, após uma intensa deterioração verificada nos trimestres anteriores desse ano. Essa recuperação teve continuidade durante 2021, com a população retornando à força de trabalho e com a melhora do nível de ocupação.

Quanto ao contexto macroeconômico que condicionou o desempenho do mercado de trabalho, a economia brasileira registrou crescimento de 1,6% do Produto Interno Bruto (PIB) no 4.º trim./2021, frente ao mesmo trimestre do ano anterior (IBGE, 2021). Já a economia do RS, intensamente atingida pela recessão econômica provocada pela pandemia de Covid-19 e por uma severa estiagem, em 2020, teve desempenho superior ao do País, com crescimento do PIB de 5,0% no 4.º trim./2021, em relação ao 4.º trim./2020 (RIO GRANDE DO SUL, 2022). Também se destacou o processo de aceleração inflacionária, com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) tendo crescimento de 10,06% em 2021, contra 4,52% em 2020.

No que segue, esta seção do Boletim tratará da *performance* dos principais indicadores do mercado de trabalho do RS no 4.º trim./2021, em uma perspectiva comparada com as de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e a do País.

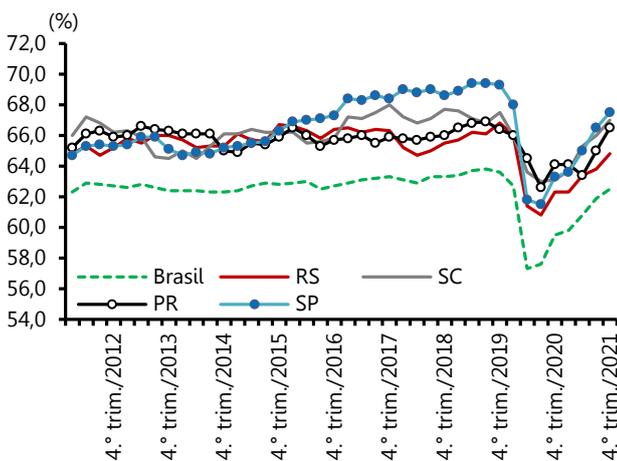
1.1 PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO

De acordo com o que se pode constatar no **Gráfico 1**, a tendência de retorno da População em Idade de Trabalhar¹ à força de trabalho (FT) teve continuidade no 4.º trim./2021. Nesse sentido, a taxa de parti-

¹ A **População em Idade de Trabalhar** corresponde aos indivíduos de 14 anos ou mais de idade.

ciação na FT (TPFT)² no RS, na comparação do 4.º trim./2021 com o trimestre imediatamente anterior, elevou-se 1,0 ponto percentual, passando a situar-se em 64,8%. Em todas as referências comparativas selecionadas — quais sejam, SC, PR, SP e o País —, houve aumento da TPFT: 1,0 ponto percentual em SC e em SP, 1,5 ponto percentual no PR e 0,6 ponto percentual no âmbito do País. No que diz respeito às comparações interanuais, também se identifica recuperação do indicador sob análise: 2,5 pontos percentuais no RS, 2,4 pontos percentuais no PR e, com maior intensidade, 3,9 pontos percentuais em SC, 4,2 pontos percentuais em SP e 3,0 pontos percentuais no País. Cabe ter presente, todavia, que, em relação ao 4.º trim./2019 — ou seja, o trimestre no qual a economia e o mercado ainda não haviam sido atingidos pelos efeitos da pandemia de Covid-19 —, somente no PR a TPFT havia se recuperado plenamente.

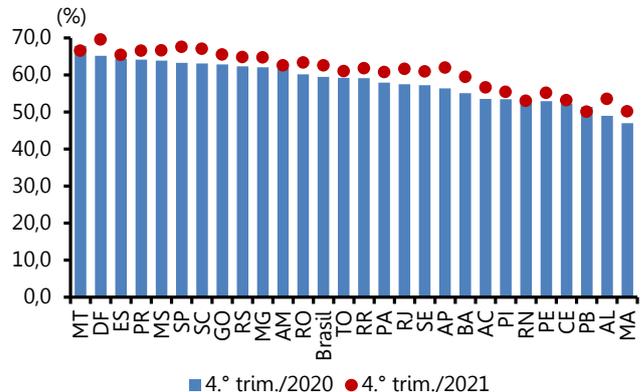
Gráfico 1 - Taxa de participação na força de trabalho no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-4.º trim./2021



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022a, 2022b, 2022c).

No que diz respeito à situação do RS na totalidade das unidades da Federação (UFs) em termos do nível da TPFT, constata-se que a posição do Estado, na comparação do 4.º trim./2021 com o mesmo trimestre do ano anterior, não sofreu alteração, uma vez que manteve o nono maior nível do indicador (**Gráfico 2**).

Gráfico 2 - Taxa de participação na força de trabalho no Brasil e nas unidades da Federação — 4.º trim./2020 e 4.º trim./2021



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022b).

Nota: Elaborado com os microdados da pesquisa.

Quanto ao contingente de pessoas na FT estadual, este evidenciou continuidade do processo de recuperação, tendo passado de 6.086 mil pessoas no 3.º trim./2021 para 6.173 mil no 4.º trimestre do mesmo ano (variação positiva de 1,4%) — **Tabela 1**. Nessa referência comparativa, também ocorreram variações positivas nos contingentes de pessoas na FT do PR (2,9%), de SP (1,7%), de SC (1,6%) e do País (1,2%) — nos três primeiros casos, portanto, superior à do RS. Na comparação interanual, o contingente de pessoas na FT registrou variação positiva no RS (5,3%), bem como em SP (7,4%), SC (5,2%), PR (3,5%) e no País (6,0%). De acordo com o que se pode constatar na **Tabela 1**, SC, PR, SP e o País haviam, no 4.º trim./2021, se recuperado plenamente da retração na FT verificada durante os piores efeitos econômicos da pandemia de Covid-19, uma vez que os respectivos contingentes passaram a estar em níveis levemente superiores aos do 4.º trim./2019, o que não ocorreu no RS.

Tabela 1 - Força de trabalho no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 4.º trim./2019, 4.º trim./2020, 3.º trim./2021 e 4.º trim./2021

DISCRIMINAÇÃO	FORÇA DE TRABALHO (1.000 pessoas)				VARIÇÃO % (1)	
	4.º Trim./2019	4.º Trim./2020	3.º Trim./2021	4.º Trim./2021	4.º Trim./2021 3.º Trim./2021	4.º Trim./2021 4.º Trim./2020
Brasil	107.418	101.637	106.430	107.758	1,2	6,0
RS	6.274	5.863	6.086	6.173	1,4	5,3
SC	3.983	3.790	3.924	3.987	1,6	5,2
PR	6.122	6.040	6.072	6.249	2,9	3,5
SP	26.029	24.246	25.614	26.039	1,7	7,4

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022a, 2022c).

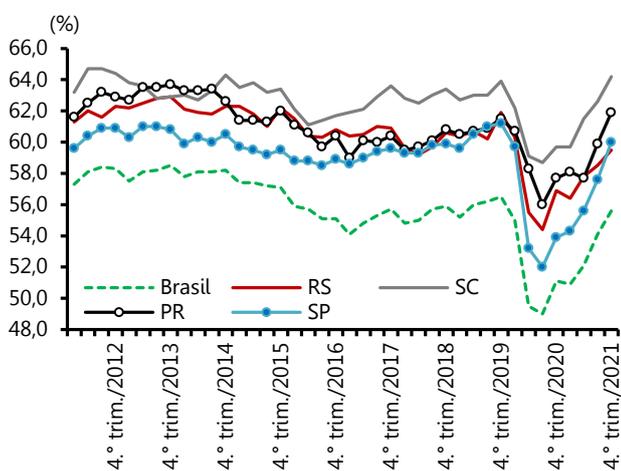
(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

² A taxa de participação na força de trabalho é obtida pela divisão da força de trabalho pela População em Idade de Trabalhar, sendo expressa em termos percentuais.

1.2 NÍVEL DE OCUPAÇÃO E TRABALHO INFORMAL

No 4.º trim./2021, verificou-se continuidade no processo de recuperação do nível de ocupação (NO)³ no mercado de trabalho do RS (**Gráfico 3**). Na comparação com o trimestre imediatamente anterior, o NO do Estado teve um acréscimo de 1,0 ponto percentual, passando para 59,5%. Esse aumento do NO do RS foi inferior ao que ocorreu em SP (2,4 pontos percentuais), PR (2,0 pontos percentuais), SC (1,6 ponto percentual) e no País (1,5 ponto percentual). Na referência comparativa interanual, o NO do RS registrou uma variação positiva de 2,6 pontos percentuais; também nesse caso, o desempenho do Estado foi inferior aos de SP (6,1 pontos percentuais), SC (4,5 pontos percentuais), PR (4,2 pontos percentuais) e ao do País (4,5 pontos percentuais). Com base nesses comportamentos do NO, somente SC e PR atingiram, no 4.º trim./2021, níveis do indicador levemente acima dos do 4.º trim./2019, recuperando-se totalmente da queda nele verificada durante o momento econômico mais adverso da pandemia de Covid-19

Gráfico 3 - Nível de ocupação no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-4.º trim./2021

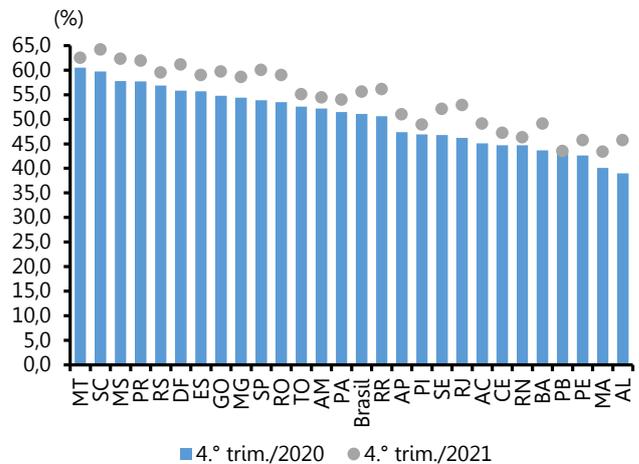


Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022a, 2022b, 2022c).

No quadro geral das UFs, o RS perdeu posições relativas no *ranking* dos níveis de ocupação (**Gráfico 4**). De acordo com o que se pode constatar, o Estado, no 4.º trim./2020, tinha o quinto maior NO entre as UFs; já no 4.º trim./2021, o RS havia passado a deter o oitavo maior NO.

³ O **nível de ocupação** é obtido pela divisão do contingente de ocupados pela População em Idade de Trabalho, sendo expresso em termos percentuais.

Gráfico 4 - Nível de ocupação no Brasil e nas unidades da Federação — 4.º trim./2020 e 4.º trim./2021



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022b).

O contingente de ocupados no RS evidenciou aumento no 4.º trim./2021, frente ao 3.º trim./2021, tendo passado de 5.573 mil para 5.673 mil pessoas (variação positiva de 1,8%) — **Tabela 2**. Esse incremento, todavia, foi inferior ao de SP (4,3%), PR (4,0%), SC (2,6%) e ao do País (3,0%). Sob a ótica das variações interanuais, o contingente de ocupados no RS registrou uma variação positiva de 5,9%, inferior às de SP (12,0%), PR (7,0%), SC (6,4%) e à do País (9,8%). Pode-se também constatar, na **Tabela 2**, na comparação do 4.º trim./2021 com o 4.º trim./2019, que somente o RS não havia se recuperado plenamente da redução do contingente de ocupados que ocorreu durante os piores efeitos econômicos da pandemia de Covid-19.

Tabela 2 - Contingentes de ocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 4.º trim./2019, 4.º trim./2020, 3.º trim./2021 e 4.º trim./2021

DISCRIMINAÇÃO	OCUPADOS (1.000 pessoas)				VARIÇÃO % (1)	
	4.º Trim./2019	4.º Trim./2020	3.º Trim./2021	4.º Trim./2021	4.º Trim./2021 / 3.º Trim./2021	4.º Trim./2021 / 4.º Trim./2020
Brasil	95.515	87.225	92.976	95.747	3,0	9,8
RS	5.819	5.356	5.573	5.673	1,8	5,9
SC	3.767	3.585	3.717	3.815	2,6	6,4
PR	5.671	5.432	5.589	5.814	4,0	7,0
SP	23.014	20.657	22.188	23.142	4,3	12,0

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022a, 2022c).

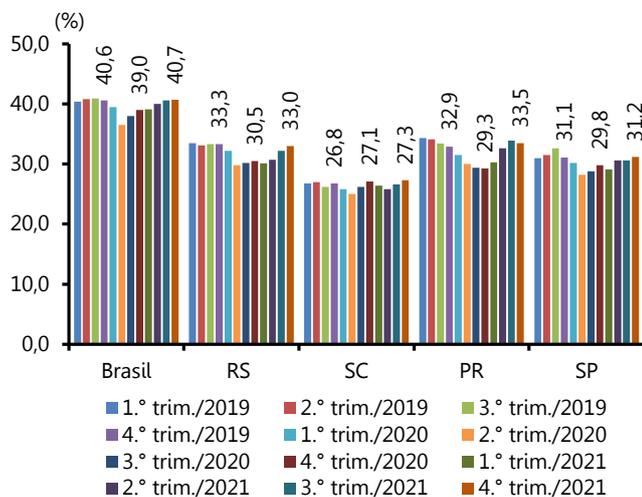
Nota: Contingentes de ocupados no trabalho principal.

(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

Após ter tido uma retração relevante no início da pandemia de Covid-19, nos dois primeiros trimestres

de 2020, a taxa de informalidade (TI)⁴ foi passando por um processo de elevação nos trimestres subsequentes (**Gráfico 5**). Esse processo teve continuidade no 4.º trim./2021, com a TI registrando um acréscimo de 0,8 ponto percentual no mercado de trabalho do RS, frente ao 3.º trimestre do mesmo ano, situando-se em 33,0%. Nessa referência comparativa, constatam-se acréscimos na TI em SC (0,7 ponto percentual) e em SP (0,6 ponto percentual), enquanto no PR ocorreu uma variação negativa (-0,4 ponto percentual), e, no País, o indicador ficou praticamente estável (oscilação positiva de 0,1 ponto percentual). No que diz respeito às comparações interanuais, a TI teve acréscimo de 2,5 pontos percentuais no RS, de 4,2 pontos percentuais no PR, de 1,4 ponto percentual em SP e de 1,7 ponto percentual no País; em SC, o indicador pouco se alterou (oscilação positiva de 0,2 ponto percentual). Pode-se ainda destacar que, quando se compara a TI do 4.º trim./2021 com a do trimestre que antecede a pandemia de Covid-19, o RS, diferentemente de SC, PR, SP e do País, mantinha esse indicador levemente abaixo do verificado no 4.º trim./2019.

Gráfico 5 - Taxa de informalidade no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2019-4.º trim./2021



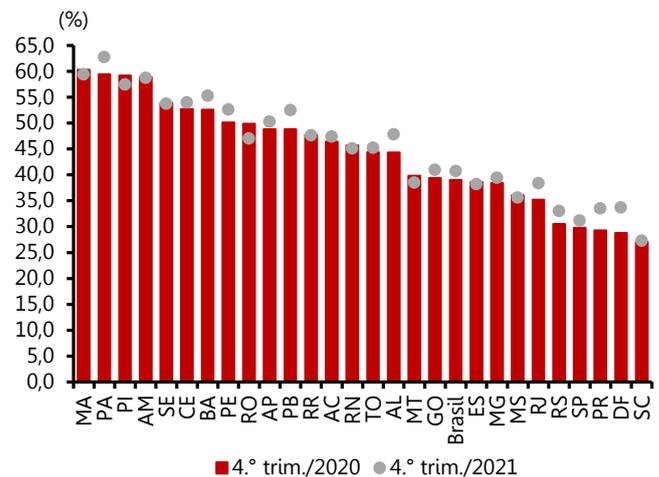
Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022b).
Nota: Elaborado com os microdados da pesquisa.

É possível conhecer a evolução do RS frente à totalidade das UFs quanto à incidência de trabalho in-

⁴ De acordo com a delimitação adotada pelo IBGE, são considerados informais os empregados sem carteira de trabalho assinada no setor privado; os trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada; os empregadores sem Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); os trabalhadores por conta própria sem CNPJ; e os trabalhadores familiares auxiliares. A **taxa de informalidade** é obtida pela soma dessas categorias, a qual é dividida pelo contingente total de ocupados.

formal por meio do **Gráfico 6**. No 4.º trim./2020, o Estado detinha a quinta menor TI entre as UFs. Já no mesmo trimestre de 2021, o RS havia passado a ter a terceira menor TI entre as UFs — somente SC e SP tinham uma incidência de trabalho informal inferior à do RS.

Gráfico 6 - Taxa de informalidade no Brasil e nas unidades da Federação — 4.º trim./2020 e 4.º trim./2021

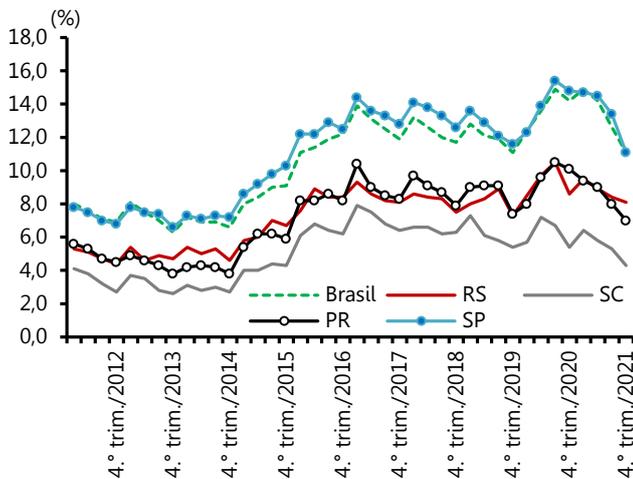


Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022b).
Nota: Elaborado com os microdados da pesquisa.

1.3 SUBUTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

A taxa de desocupação (TD) do RS ficou estável no 4.º trim./2021, frente ao trimestre imediatamente anterior, situando-se em 8,1% (a oscilação de -0,3 ponto percentual não tem significância estatística) — **Gráfico 7**. Já nos demais estados da Região Sul, em SP e no País, na mesma referência comparativa, esse indicador de subutilização da FT evidenciou queda: -2,3 pontos percentuais em SP, -1,0 ponto percentual no RS, enquanto verificou reduções em SP (-3,7 pontos percentuais), no PR (-3,1 pontos percentuais), SC (-1,1 ponto percentual) e no País (-3,1 pontos percentuais). Dados esses comportamentos, a TD havia retornado para níveis inferiores aos existentes antes da pandemia de Covid-19 (4.º trim./2019) em SC, PR e SP; no País o indicador situava-se, no 4.º trim./2021, exatamente no mesmo nível do 4.º trim./2019; já no RS, o nível da TD continuava superior ao do 4.º trim./2019.

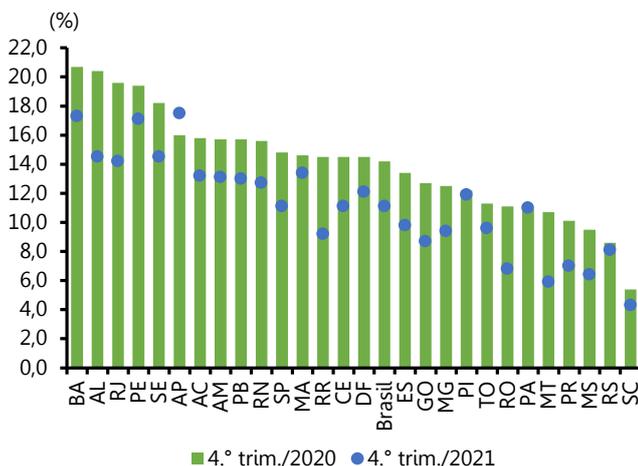
Gráfico 7 - Taxa de desocupação no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-4.º trim./2021



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022a, 2022b, 2022c).

Pode-se ter uma noção da situação relativa do RS frente a todas as UFs em termos de evolução da TD por meio do **Gráfico 8**. Na comparação do 4.º trim./2020 com o 4.º trim./2021, a posição do Estado deteriorou-se, uma vez que tinha a segunda menor TD no primeiro desses trimestres, tendo passado a deter a sexta menor no último.

Gráfico 8 - Taxa de desocupação no Brasil e nas unidades da Federação — 4.º trim./2020 e 4.º trim./2021



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022b).
Nota: Elaborado com os microdados da pesquisa.

Quanto ao contingente de desocupados no RS, este se manteve estável no 4.º trim./2021, em relação ao trimestre imediatamente anterior, com 500 mil pessoas — a oscilação negativa de 2,4% não tem significância estatística — **Tabela 3**. Essa medida de subutilização da FT teve um comportamento mais favorável nas referências comparativas selecionadas, com

variações de -17,0% em SC, -15,4% em SP, -10,1% no PR e de -10,7% no País. Na comparação interanual, o contingente de desocupados também se manteve estável no RS; todavia, registrou reduções no PR (-28,4%), em SP (-19,3%), em SC (-16,0%) e no País (-16,7%). Em SC, no PR e em SP, o contingente de desocupados, no 4.º trim./2021, encontrava-se abaixo do verificado no 4.º trim./2019 — portanto, no momento imediatamente anterior aos efeitos da pandemia de Covid-19 sobre o mercado de trabalho —, o que não se constata no RS e no País.

Tabela 3 - Contingentes de desocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 4.º trim./2019, 4.º trim./2020, 3.º trim./2021 e 4.º trim./2021

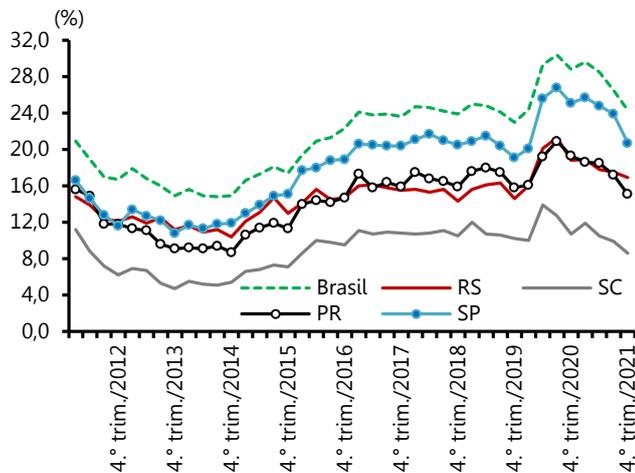
DISCRIMINAÇÃO	DESOCUPADOS (1.000 pessoas)				VARIÇÃO %	
	4.º Trim./2019	4.º Trim./2020	3.º Trim./2021	4.º Trim./2021	4.º Trim./2021 3.º Trim./2021	4.º Trim./2021 4.º Trim./2020
Brasil	11.903	14.412	13.453	12.011	(1)-10,7	(1)-16,7
RS	455	507	512	500	-2,4	-1,3
SC	216	204	207	172	(1)-17,0	(1)-16,0
PR	450	608	484	435	(1)-10,1	(1)-28,4
SP	3.015	3.589	3.426	2.898	(1)-15,4	(1)-19,3

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022a, 2022c).
(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

A taxa composta de subutilização da FT (TCSFT)⁵ — o mais amplo indicador de subutilização da FT —, manteve-se estável no RS, em 16,9%, na comparação do 4.º trim./2021 com o trimestre imediatamente anterior — a sua oscilação negativa não tem significância estatística (**Gráfico 9**). O indicador evidenciou, na mesma referência comparativa, reduções em SP (-3,2 pontos percentuais), no PR (-2,1 pontos percentuais), em SC (-1,3 ponto percentual) e no País (-2,2 pontos percentuais). No cotejo interanual, a TCSFT registrou redução generalizada, sendo de 1,9 ponto percentual no RS, 2,1 pontos percentuais em SC e, com maior intensidade, 4,4 pontos percentuais em SP, 4,2 pontos percentuais no PR e 4,5 pontos percentuais no País. Tendo por referência esses comportamentos, somente SC e PR passaram a ter níveis da TCSFT inferiores aos do 4.º trim./2019.

⁵ A taxa composta de subutilização da FT (TCSFT) é assim obtida:
TCSFT = [(Subocupados por insuficiência de horas trabalhadas + Desocupados + FT potencial)/FT ampliada] x 100.
A FT ampliada corresponde à soma da FT com a FT potencial.

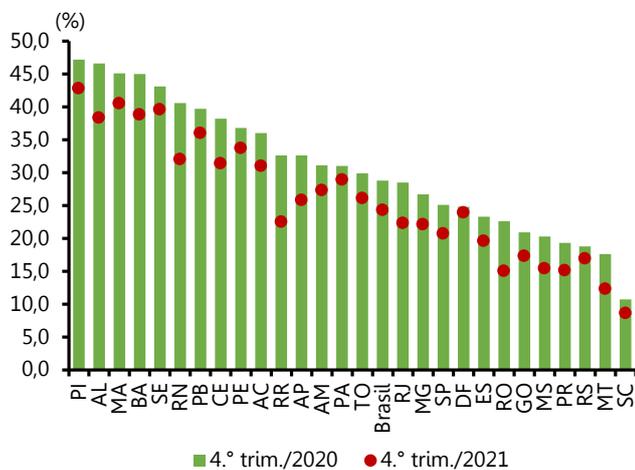
Gráfico 9 - Taxa composta de subutilização da força de trabalho no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-4.º trim./2021



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022c).

No quadro geral das UFs, a situação relativa do RS evidenciou alguma deterioração na evolução recente da TCSFT (**Gráfico 10**). Nesse sentido, o Estado tinha a terceira menor TCSFT no 4.º trim./2020; já no 4.º trim./2021, o RS havia passado a ter o sexto menor nível desse indicador.

Gráfico 10 - Taxa composta de subutilização da força de trabalho (SFT) no Brasil e nas unidades da Federação — 4.º trim./2020 e 4.º trim./2021



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022c).

O contingente de pessoas que é medido pela TCSFT manteve-se estável no RS, seja na comparação entre o 4.º trim./2021 e o 3.º trim./2021, seja na comparação interanual — as oscilações desse contingente não têm significância estatística (**Tabela 4**). O Estado tinha 1,084 milhão de pessoas nessa condição no 4.º trim./2021. Em ambas as referências comparativas, ocorreu redução do contingente de pessoas subutilizadas na FT nos demais estados da Região Sul, em SP

e no País. Tomando-se a comparação interanual, houve quedas de 20,1% no PR, 16,9% em SC, 13,7% em SP e 12,9% no País. Dados esses comportamentos, dois estados da Região Sul — SC e PR — passaram a ter contingentes de pessoas subutilizadas na FT, no 4.º trim./2021, inferiores aos do 4.º trim./2019.

Tabela 4 - Soma dos contingentes de subocupados por insuficiência de horas trabalhadas, de desocupados e da força de trabalho potencial no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 4.º trim./2019, 4.º trim./2020, 3.º trim./2021 e 4.º trim./2021

DISCRIMINAÇÃO	CONTINGENTES (1.000 pessoas)				VARIACÃO %	
	4.º Trim./2019	4.º Trim./2020	3.º Trim./2021	4.º Trim./2021	4.º Trim./2021 3.º Trim./2021	4.º Trim./2021 4.º Trim./2020
Brasil	26.521	32.540	30.743	28.344	(1) -7,8	(1)-12,9
RS	948	1.164	1.116	1.084	-2,8	-6,9
SC	417	421	398	350	(1)-12,0	(1)-16,9
PR	1.013	1.231	1.094	983	(1)-10,1	(1)-20,1
SP	5.146	6.542	6.468	5.648	(1)-12,7	(1)-13,7

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022a, 2022c).

(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

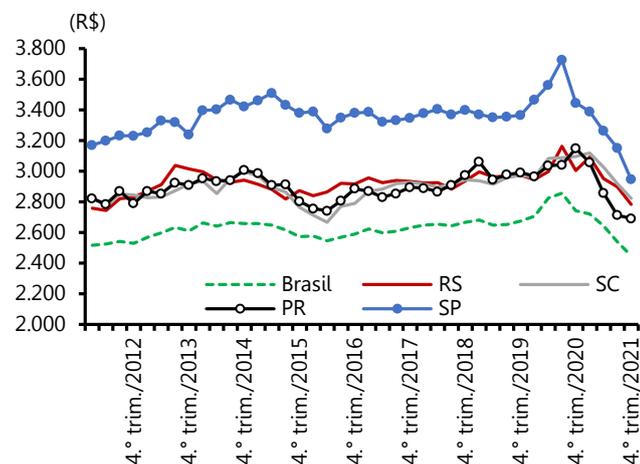
1.4 RENDIMENTOS DOS OCUPADOS

Os rendimentos reais dos trabalhadores ocupados encontram-se em uma clara trajetória de queda pelo menos desde o 2.º trim./2021. Sugere-se que, para tanto, concorrem, dentre outros fatores, o processo de aceleração inflacionária verificado no País em 2021 — o IPCA registrou crescimento de 10,06% nesse ano —, assim como mudanças na estrutura da ocupação, uma vez que vêm nela ganhando peso relativo os ocupados com rendimentos relativamente mais baixos, como, por exemplo, os trabalhadores informais (CEPAL, 2022; OIT, 2020, 2021).

O rendimento médio real habitual dos ocupados no RS, na comparação do 4.º trim./2021 com trimestre imediatamente anterior, registrou redução de 4,0% (**Gráfico 11**). Essa queda foi mais intensa do que as verificadas em SC (-3,2%) e no País (-3,6%), mas inferior à de SP (-6,5%); na mesma referência comparativa, o rendimento médio real habitual no PR ficou estável. Quando se avalia o comportamento interanual do rendimento médio real habitual, constata-se a sua redução generalizada: -7,4% no RS, -8,8% em SC, -10,7% no País e, com maior intensidade, -14,6% no PR e -14,5% em SP. No caso do RS, o rendimento médio real habitual do 4.º trim./2021 passou a ser o menor, desde o 3.º trim./2012, da série temporal da

PNAD Contínua; no PR, em SP e no País, o menor de toda a série temporal da Pesquisa, iniciada em 2012.

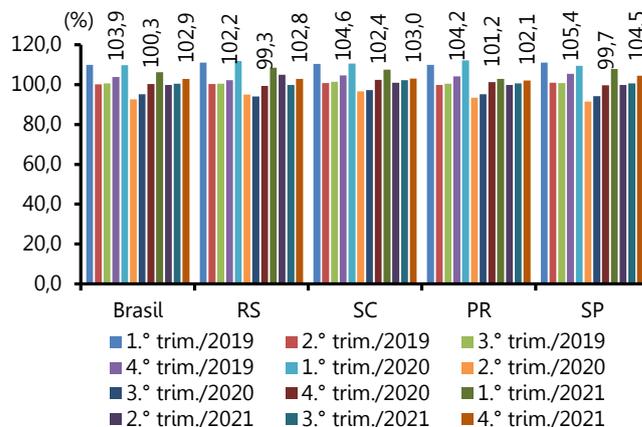
Gráfico 11 - Rendimento médio real habitual no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-4.º trim./2021



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022c).
Nota: 1. Rendimento médio real habitual de todos os trabalhos.
2. Rendimento deflacionado para a média mensal dos preços do 4.º trim./2021.

Durante os efeitos econômicos mais adversos da pandemia de Covid-19, em 2020, houve um descolamento entre o rendimento médio real efetivo e o rendimento médio real habitual dos ocupados, com o primeiro reduzindo-se acentuadamente enquanto proporção ao segundo, em parte daquele ano (BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL, 2021; CARVALHO, 2021) — **Gráfico 12**. Já em 2021, até em função do desempenho adverso do rendimento médio real habitual, não se identifica uma redução com a mesma intensidade da referida proporção. Nesse sentido, o rendimento médio real efetivo enquanto proporção ao habitual, no 4.º trim./2021, situava-se em 102,8% no RS, 103,0% em SC, 102,1% no PR, 104,5% em SP e 102,9% no País. Essas proporções estavam acima das verificadas no 4.º trim./2020 e próximas daquelas do 4.º trim./2019; somente no RS, a proporção era superior à do 4.º trim./2019.

Gráfico 12 - Rendimento médio real efetivo como proporção do habitual no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2019-4.º trim./2021



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022c).
Nota: Rendimento médio real de todos os trabalhos dos ocupados.

A massa de rendimento real habitual dos ocupados ficou estável no RS, em SC, em SP e no País, na comparação do 4.º trim./2021 com o 3.º trimestre do mesmo ano — as suas oscilações negativas não têm significância estatística; no PR, registrou uma variação positiva de 3,2% (**Tabela 5**). No cotejo interanual, a massa de rendimento real habitual dos ocupados ficou estável no RS e nas suas referências comparativas, apreendendo uma combinação de desempenho positivo do nível de ocupação e negativo do rendimento médio real habitual. Pode-se ainda constatar, na **Tabela 5**, que, quando se coteja o 4.º trim./2021 com o 4.º trim./2019, a massa de rendimento real habitual dos ocupados situava-se, no RS, nos demais estados da Região Sul e no País, em nível inferior, o que revela que esta ainda não se recuperou plenamente das perdas ocorridas durante os piores efeitos econômicos da pandemia de Covid-19.

Tabela 5 - Massa de rendimento real habitual dos ocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 4.º trim./2019, 4.º trim./2020, 3.º trim./2021 e 4.º trim./2021

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$ milhões)				VARIACÃO %	
	4.º Trim./2019	4.º Trim./2020	3.º Trim./2021	4.º Trim./2021	4.º Trim./2021 3.º Trim./2021	4.º Trim./2021 4.º Trim./2020
Brasil	249.935	233.570	230.700	229.394	-0,6	-1,8
RS	16.819	15.557	15.628	15.289	-2,2	-1,7
SC	10.996	10.827	10.632	10.580	-0,5	-2,3
PR	16.658	16.668	14.859	15.335	(1) 3,2	-8,0
SP	76.774	70.417	69.316	67.611	-2,5	-4,0

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022a, 2022c).
Nota: Massa de rendimento real habitual de todos os trabalhos dos ocupados.
(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

1.5 SÍNTESE DAS EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

Com base nas evidências expostas nesta seção, os seguintes aspectos podem ser destacados sobre o desempenho do mercado de trabalho do RS e de suas referências comparativas no 4.º trim./2021:

- a) houve continuidade do retorno das pessoas à força de trabalho estadual, o que é demonstrado pela elevação da **taxa de participação na força de trabalho**. Todavia, entre o RS e as referências comparativas selecionadas — os demais estados da Região Sul, SP e o País —, somente no PR o indicador havia retornado para o nível anterior ao da pandemia de Covid-19, no 4.º trim./2019;
- b) também ocorreu continuidade no RS do processo de recuperação do **nível de ocupação**, no 4.º trim./2021. Porém esse processo não foi suficiente para que o indicador no Estado retomasse o patamar anterior à pandemia de Covid-19, no 4.º trim./2019 — tal recuperação foi verificada em SC e no PR;
- c) no RS, a **taxa de informalidade** elevou-se no 4.º trim./2021, em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, confirmando que a recuperação da ocupação tem sido mais expressiva entre as inserções com maior precariedade no mercado de trabalho. Entre os estados da Região Sul, SP e o Brasil, somente no RS a taxa de informalidade ainda estava, no 4.º trim./2021, abaixo da verificada no 4.º trim./2019;
- d) a **taxa de desocupação** permaneceu estável no RS, no 4.º trim./2021, enquanto, nos demais estados da Região Sul, em SP e no País, o indicador evidenciou queda. O RS, assim como o País, não havia, no 4.º trim./2021, voltado a ter uma taxa de desocupação cujo nível fosse inferior ao do 4.º trim./2019, diferentemente de SC, PR e SP;
- e) a **taxa composta de subutilização da força de trabalho** teve redução no RS, nos demais estados da Região Sul, em SP e no País, na referência comparativa interanual. Não obstante esse comportamento favorável, o RS, SP e o País mantiveram o indicador, no 4.º trim./2021, em níveis superiores aos do 4.º trim./2019, de forma distinta de SC e do PR;
- f) o **rendimento médio real habitual** dos ocupados no RS e nas suas referências comparativas manteve a sua trajetória de redução, no 4.º trim./2021. Isso fez com que, no Estado, o rendimento médio real habitual fosse o mais baixo da série temporal da PNAD Contínua desde o 3.º trim./2012, enquanto, no PR, em SP e no País, fosse o menor de toda a série temporal da Pesquisa;
- g) a **massa de rendimento real habitual** dos ocupados ficou estável no RS, nos demais estados da Região Sul, em SP e no País, no 4.º trim./2021, uma expressão da combinação de movimentos positivos do nível de ocupação e negativos do rendimento médio real habitual. Tanto no Estado quanto em suas referências comparativas, a massa de rendimento real habitual ainda estava, no 4.º trim./2021, em nível inferior ao do período anterior à pandemia de Covid-19, no 4.º trim./2019.

2 EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL NOS ÚLTIMOS 12 MESES (FEV./2021- FEV./2022)

Nesta seção, o foco analítico reduz-se ao universo de empregados formais, investigando-se a evolução do volume de postos de trabalho com vínculos legalizados no Rio Grande do Sul — contempladas a comparação com o total do Brasil e com as demais UFs e uma regionalização dos resultados no território gaúcho —, bem como algumas evidências relativas às dinâmicas setoriais e a atributos dos trabalhadores.

A fonte utilizada é o Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), do Ministério do Trabalho e Previdência — série estatística iniciada em janeiro de 2020. Prioriza-se o dado mais recente, que totaliza as movimentações (admissões e desligamentos) de fevereiro último, recortando-se o intervalo de 12 meses que com ele se encerraram, de modo a evitar os efeitos decorrentes da sazonalidade das atividades produtivas, que tendem a distorcer as comparações.

Uma vez que essa série estatística inicia-se em janeiro de 2020, neste número do Boletim conta-se com a possibilidade de fazer a comparação dos últimos 12 meses disponíveis (fevereiro de 2021 a fevereiro de 2022) com os 12 meses imediatamente anteriores a eles. Esses dois intervalos permitem compor um quadro de 24 meses desde a eclosão da pandemia de Covid-19 no País, que se deu em março de 2020, revelando contrastes significativos nas dinâmicas do mercado de trabalho, entre o primeiro e o segundo ano.

2.1 A VARIAÇÃO DO ESTOQUE DE POSTOS FORMALS NO BRASIL E NAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO

O total de trabalhadores formalmente empregados no País cresceu em todas as unidades da Federação, no acumulado dos 12 meses aqui analisado (fev./2021-fev./2022). Com um saldo de 2,6 milhões de postos adicionais, o Brasil registrou, de acordo com o Novo Caged, uma variação de 6,7% (**Tabela 6**). O resultado nacional foi superado, relativamente, por 19 das 27 UFs, com destaque para o percentual de crescimento do emprego em estados da Região Norte: Acre (9,9%), Amazonas (9,7%) e Roraima (9,5%).

Minas Gerais replica o resultado do País (6,7%), e, entre os que não o atingiram, encontram-se grandes mercados de trabalho, como os de São Paulo (6,3%), Rio de Janeiro (6,1%), Paraná (5,8%) e Rio Grande do Sul (5,3%).

Tabela 6 - Variação absoluta (saldo) e relativa (%) do emprego formal no Brasil e nas unidades da Federação (UFs) — fev./2021-fev./2022

BRASIL E UFs	SALDOS EM FEV/22	VARIAÇÃO % FEV/2022 FEV/2021
Brasil	2.582.497	6,7
Acre	7.879	9,9
Amazonas	39.558	9,7
Roraima	5.671	9,5
Maranhão	42.460	8,7
Mato Grosso	63.947	8,6
Alagoas	29.679	8,6
Goiás	105.406	8,5
Amapá	5.418	8,3
Pará	62.730	8,3
Paraíba	32.294	8,1
Tocantins	14.528	7,8
Bahia	125.594	7,4
Distrito Federal	57.887	7,4
Pernambuco	88.092	7,3
Santa Catarina	154.216	7,1
Mato Grosso do Sul	37.583	7,0
Espírito Santo	51.272	7,0
Rondônia	15.951	6,8
Rio Grande do Norte	27.938	6,8
Minas Gerais	271.225	6,7
Piauí	18.130	6,4
São Paulo	755.814	6,3
Ceará	70.172	6,2
Rio de Janeiro	187.367	6,1
Paraná	156.763	5,8
Rio Grande do Sul	130.583	5,3
Sergipe	13.704	5,1

Fonte: Novo Caged (BRASIL, 2022).

Nota: Os saldos e os estoques de emprego, no Novo Caged, referem-se ao último dia do mês de referência, razão pela qual o cotejo dos dados de fevereiro de 2021 e fevereiro de 2022 permite dimensionar as variações ocorridas entre o início de março do primeiro desses meses e o final de fevereiro do segundo.

O resultado do emprego formal gaúcho, no período, foi o segundo menor do Brasil, superando apenas Sergipe (5,1%). Essa desvantagem relativa do Rio Grande do Sul no contexto nacional vem-se repetindo ao longo da série do Novo Caged, como este boletim tem sistematicamente acompanhado.

O desempenho do emprego nos 12 meses anteriores ao período analisado, vale dizer, de março de 2020 a fevereiro de 2021 — que, *grossa modo*, pode ser considerado o primeiro ano da pandemia (cuja eclosão, no Brasil, verificou-se em março de 2020) —,

mostra o Brasil com uma variação próxima a zero, mas positiva (0,3%), e o RS com uma retração um pouco mais expressiva (-1,0%). Naquele contexto de emergência sanitária, a brutal eliminação de empregos concentrou-se no 2.º trim./2020, iniciando-se uma lenta recuperação a partir de julho ou agosto, dependendo do recorte territorial, o que resultou nesses saldos relativamente mais amenos, no arco de 12 meses.

Com as ressalvas que a primeira seção deste boletim permite ter em mente, relativas ao quadro geral do mercado de trabalho, e algumas indicações — mesmo que limitadas — que o Novo Caged suporta, a respeito de aspectos qualitativos dos postos gerados, que serão apresentadas mais adiante, os resultados aqui analisados plasmam uma recuperação bem mais consistente do emprego formal entre fevereiro de 2021 e fevereiro último.

2.2 A DINÂMICA SETORIAL DO EMPREGO GAÚCHO

A expansão do mercado formal de trabalho no Rio Grande do Sul foi generalizada, do ponto de vista setorial, variando de um percentual mínimo de 4,0%, na construção, a um máximo de 5,9% no setor serviços, que se destacou também em crescimento absoluto, com o maior volume de postos adicionais gerados entre fevereiro de 2021 e fevereiro de 2022 (**Tabela 7**). Esse setor, que concentrava, ao final do período, 41,1% dos vínculos formais de emprego no Estado, tinha sido o mais penalizado nos 12 meses imediatamente anteriores, vale dizer, no primeiro ano de pandemia, com uma retração de 2,8% de seu contingente. Nesse período, também o comércio enfrentou perda de postos, ao passo que os outros três setores, nessa desagregação em cinco grandes categorias, lograram pequenas expansões. A drástica alteração de rotinas, em especial a restrição à circulação e à aglomeração de consumidores e usuários, teve, no contexto da eclosão da crise sanitária, um impacto significativamente mais drástico sobre as atividades tradicionalmente classificadas como terciárias. Em contraste, nos últimos 12 meses disponíveis da série, os dois setores, conjuntamente, foram responsáveis por dois terços dos 130,6 mil empregos gerados no Estado.

A indústria, detentora do resultado relativamente menos adverso, no contexto de fev./2020-fev./2021, teve crescimento praticamente idêntico ao do agregado dos setores do Estado, nos últimos 12 meses

disponíveis (5,2% e 5,3% respectivamente), acrescentando 34,4 mil novos empregados no período, pouco mais de um quarto do total. A construção, que é o segundo menor setor na estrutura do emprego estadual, passou pelo menor crescimento relativo (4,0%), ao passo que a agropecuária (que detém apenas 3,7% do mercado formal gaúcho) se expandiu em 5,0%, superando, por esse critério, também o comércio (4,6%).

Tabela 7 - Variação do emprego formal, estoques e participação de saldos e estoques no total, segundo os grandes setores de atividade, no Rio Grande do Sul — fev./2020-fev./2022

SETORES	VARIAÇÃO % FEV/21 FEV/20	VARIACÃO FEV/22 FEV/21		ESTOQUE EM FEV/22	PARTICI- PAÇÃO %	
		Absoluta	Relativa		Esto- que	Saldo
Agropecuária	1,0	4.615	5,0	96.083	3,7	3,5
Comércio	-0,7	27.310	4,6	618.030	23,7	20,9
Construção ...	0,5	4.634	4,0	119.914	4,6	3,5
Indústria	1,2	34.428	5,2	699.890	26,9	26,4
Serviços	-2,8	59.596	5,9	1.069.755	41,1	45,6
Total	-1,0	130.583	5,3	2.603.672	100,0	100,0

Fonte: Novo Caged (BRASIL, 2022).

Passando-se a uma desagregação setorial em 21 seções da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0), constata-se, primeiramente, que apenas duas passaram por redução de contingente, entre fevereiro de 2021 e fevereiro de 2022 (**Tabela 8**). Juntas, as seções água, esgoto, gestão de resíduos e descontaminação, de um lado, e eletricidade e gás, de outro, eliminaram 1,2 mil postos, sendo 1 mil dos quais na segunda delas, cuja variação percentual ficou em -10,4%. Ao final dos 12 meses analisados, o total de empregados dessa seção da CNAE 2.0, no Estado, limitava-se a 8,9 mil, ou 0,3% do mercado formal gaúcho. Já a seção água, esgoto (...) atingia 0,6% do total do emprego estadual, e sua variação percentual foi bem mais moderada: -1,1%.

Os destaques positivos, em números absolutos de postos, ficaram com a indústria de transformação (35,3 mil empregos gerados) e comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (27,3 mil), seguindo-se atividades de serviços: atividades administrativas e serviços complementares (14,8 mil); alojamento e alimentação; e saúde humana e serviços sociais (7,7 mil postos adicionais, cada). Essas duas últimas seções da CNAE 2.0 viveram situações distintas: a primeira delas foi a mais negativamente afetada, no primeiro ano de pandemia, e, na conjuntura mais recente, passa por uma recuperação de considerável

fôlego; a segunda havia sido um destaque positivo — dos poucos, no conjunto dos serviços —, no período de fev./2020-fev./2021, e manteve o crescimento nos últimos 12 meses analisados, reforçando ainda mais o contingente dessas atividades que se comprovaram estratégicas durante a crise sanitária. Um último destaque por esse critério de crescimento absoluto do estoque de empregos pode ser dado à seção informação e comunicação, que gerou 7,4 mil postos adicionais.

Tabela 8 - Variação do emprego formal, estoques e participação de saldos e estoques no total, segundo seções da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0), no Rio Grande do Sul — fev./2020-fev./2022

SEÇÕES DA CNAE 2.0	VARI- ÇÃO % FEV/21 FEV/20	VARIÇÃO FEV/22 FEV/21		FEV/22	
		Saldo	%	Estoque	Partici- pação %
Indústrias de transformação	1,2	35.293	5,6	670.334	25,7
Comércio, reparação de veí- culos automotores e moto- cicletas	-0,7	27.310	4,6	618.030	23,7
Atividades administrativas e serviços complementares	0,1	14.834	7,3	217.529	8,4
Alojamento e alimentação	-19,4	7.731	9,5	89.174	3,4
Saúde humana e serviços sociais	3,9	7.724	4,4	184.521	7,1
Informação e comunicação	4,7	7.445	12,4	67.520	2,6
Atividades profissionais, científicas e técnicas	2,9	5.512	8,6	69.833	2,7
Transporte, armazenagem e correio	-5,6	4.967	3,4	152.499	5,9
Construção	0,5	4.634	4,0	119.914	4,6
Agricultura, pecuária, pro- dução florestal, pesca e aquicultura	1,0	4.615	5,0	96.083	3,7
Educação	-6,5	4.344	4,5	100.101	3,8
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacio- nados	-2,2	2.523	4,8	54.816	2,1
Outras atividades de serviços	-3,8	1.521	3,0	52.390	2,0
Atividades imobiliárias	5,8	1.238	10,4	13.156	0,5
Artes, cultura, esporte e re- creação	-15,3	1.168	8,8	14.401	0,6
Administração pública, de- fesa e seguridade social	-0,6	544	1,0	53.636	2,1
Indústrias extrativas	0,2	327	5,7	6.019	0,2
Serviços domésticos	-11,5	43	62,3	112	0,0
Organismos internacionais e outras instituições extrater- ritoriais	-8,5	2	3,1	67	0,0
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e des- contaminação	2,1	-163	-1,1	14.638	0,6
Eletricidade e gás	-1,2	-1.029	-10,4	8.899	0,3
Total	-1,0	130.583	5,3	2.603.672	100,0

Fonte: Novo Caged (BRASIL, 2022).

Ao se examinarem essas mesmas seções pela ótica do crescimento relativo, e eliminadas aquelas em que o estoque de empregos não tem significação (como serviços domésticos, que, na base do Novo Caged, aparecia com um total de apenas 112 empregados em todo o Estado, ao final de fevereiro último), reencontra-se informação e comunicação, já destaca- da pelo saldo, que se expandiu 12,4%; atividades imobiliárias (10,4%); mais uma vez, alojamento e ali- mentação (9,5%); artes, cultura, esporte e recreação (8,8%); atividades profissionais, científicas e técnicas (8,6%). Também por esse critério de crescimento rela- tivo, comparecem atividades que haviam atravessado o primeiro ano de pandemia com variações positivas, como informação e comunicação ou atividades imobi- liárias, e outras — mesmo que pouco expressivas, na estrutura do trabalho formalizado —, como artes, cultura, esporte e recreação, que, ao lado da já du- plamente destacada alojamento e alimentação, ha- viam sido dramaticamente comprometidas no contex- to sanitário de mais aguda severidade.

Tendo em vista a pluralidade de segmentos e a relevância da indústria de transformação (IT), tanto por sua participação no emprego formal quanto por seu papel estratégico nas cadeias de valor, submetese, a seguir, essa seção CNAE 2.0 a uma desagregação adicional (**Tabela 9**), verificando-se o desempenho de suas divisões da CNAE 2.0 no período fev./2021- fev./2022.

Constata-se, inicialmente, que apenas um, dentre 24 segmentos, apresentou retração: a fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores — que, ao final do período, representava apenas 0,2% do emprego da IT e que, no Estado, se concentra na fabricação de embarcações — perdeu mais da metade de seus postos de trabalho nos 12 meses analisados, restando-lhe 1,6 mil em fevereiro último. Mesmo sem ter sofrido retração, o emprego na fabricação de produtos alimentícios — a divisão que mais emprega, representando, ao final do período analisado, 21,0% dos vínculos formais da IT — teve uma variação especialmente pálida (0,4%), a menos expressiva entre os 23 segmentos que não reduziram sua força de trabalho.

O crescimento mais significativo foi o da fabrica- ção de máquinas e equipamentos, que elevou em 9,1 mil seu contingente de trabalhadores formais, res- pondendo por 26% do saldo total da IT no período analisado, e ficou com a terceira posição pelo critério do crescimento relativo, com uma expansão de

14,7% — resultado bem próximo, de resto, ao das duas primeiras colocadas: manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos (15,7%) e metalurgia (15,3%).

Tabela 9 - Variação do estoque e participação no emprego formal, segundo as divisões da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0) que integram a indústria de transformação, no Rio Grande do Sul — fev./2021-fev./2022

DIVISÕES DA CNAE 2.0	FEV/22		FEV/22 FEV/21	
	Estoque	Participação %	Variação %	Saldo
Fabricação de máquinas e equipamentos	71.117	10,6	14,7	9.105
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	94.527	14,1	7,1	6.255
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	60.062	9,0	6,6	3.710
Fabricação de veículos automotores, rebocadores e carrocerias	40.318	6,0	6,3	2.389
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	13.503	2,0	15,7	1.829
Fabricação de produtos de madeira	16.488	2,5	12,1	1.777
Fabricação de móveis	37.805	5,6	4,8	1.737
Metalurgia	10.935	1,6	15,3	1.452
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	19.872	3,0	6,6	1.226
Fabricação de produtos do fumo	11.013	1,6	11,9	1.171
Fabricação de produtos químicos	18.570	2,8	5,1	904
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	19.032	2,8	4,9	892
Fabricação de produtos têxteis	9.260	1,4	10,2	854
Fabricação de produtos diversos	15.160	2,3	5,5	793
Fabricação de produtos alimentícios	140.573	21,0	0,4	613
Fabricação de bebidas	8.415	1,3	7,8	610
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	40.008	6,0	1,5	574
Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	9.528	1,4	5,1	465
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	11.513	1,7	2,6	296
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	10.995	1,6	2,5	264
Impressão e reprodução de gravações	5.939	0,9	1,9	113
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	1.913	0,3	3,9	71
Fabricação de produtos farmacêuticos e farmacêuticos	2.141	0,3	2,9	60
Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	1.647	0,2	-53,1	-1.867
Total da indústria de transformação	670.334	100,0	5,6	35.293

Fonte: Novo Caged (BRASIL, 2022).

Seguindo-se a máquinas e equipamentos, os maiores saldos absolutos de emprego da IT ocorreram em preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados (6,3 mil) e fabri-

cação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (3,7 mil).

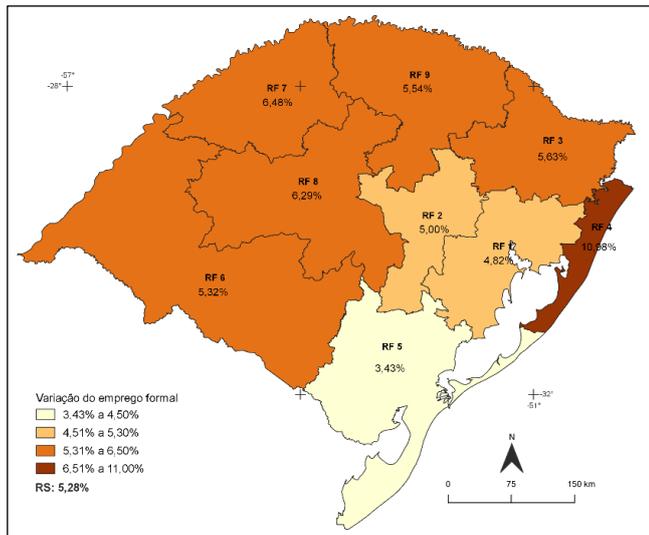
2.3 OS RESULTADOS NAS REGIÕES FUNCIONAIS (RF) GAÚCHAS

A recuperação dos estoques de emprego formal, nos últimos 12 meses, verificou-se em todas as Regiões Funcionais (RFs) gaúchas, com a esperada heterogeneidade no que diz respeito à intensidade desse processo. O **Mapa 1** permite visualizar esses contrastes. Prolongando tendências já apontadas em números anteriores deste boletim, as variações extremas ocorreram na RF4, a região do Litoral Norte, com o maior crescimento (11%), e na RF5, Sul, com o menos expressivo (3,4%). Ampliou-se a distância entre os resultados dessas regiões: entre fevereiro de 2021 e fevereiro de 2022, o percentual de expansão do Litoral foi 3,2 vezes superior ao do Sul; em novembro último, sempre trabalhando com a série de 12 meses, tal razão limitava-se a 2,2 vezes (10,7% *versus* 4,9%). Pode-se considerar que o mais recente abrandamento das medidas de distanciamento social tenha produzido, na RF4, uma dinamização adicional das atividades relacionadas ao turismo e ao lazer de verão, que teria vindo se somar aos efeitos positivos da transferência de população para aquela região, incentivada, no contexto mais agudo da crise sanitária, pelas melhores condições lá identificadas para o isolamento social, então mais amplamente praticado.

Quanto à RF5, esse desempenho negativamente diferenciado vem repetindo-se desde o malogro do projeto do Polo Naval na região, e, não surpreendentemente, o único segmento da IT a sofrer perda líquida de postos formais de trabalho (-1,9 mil empregos), entre fevereiro de 2021 e fevereiro último, no RS, foi, conforme apontado acima, o que produz embarcações, quase integralmente localizado no Sul do Estado.

Desconsiderados esses dois resultados regionais extremos, a dispersão das variações do emprego formal entre as demais não foi especialmente marcante, variando entre 4,8%, na RF1, nucleada pela Região Metropolitana de Porto Alegre, e 6,7%, no Noroeste do Estado (RF7).

Mapa 1 - Variação do estoque de empregos formais nas Regiões Funcionais (RFs) do Rio Grande do Sul — fev./2021-fev./2022



Fonte dos dados brutos: Novo Caged (BRASIL, 2022).

Embora a RF1 fosse responsável por 45,5% do estoque de vínculos formais de trabalho do Estado, em fevereiro de 2022, de acordo com o Novo Caged, a tendência a uma progressiva perda de sua participação já se observava há um longo tempo⁶. No contexto mais recente, o caráter fortemente terciário da economia metropolitana tornou-a mais suscetível aos efeitos negativos da eclosão da crise sanitária, e o impulso de recuperação que se detecta nos últimos 12 meses, até o momento, não foi especialmente intenso no espaço metropolitano.

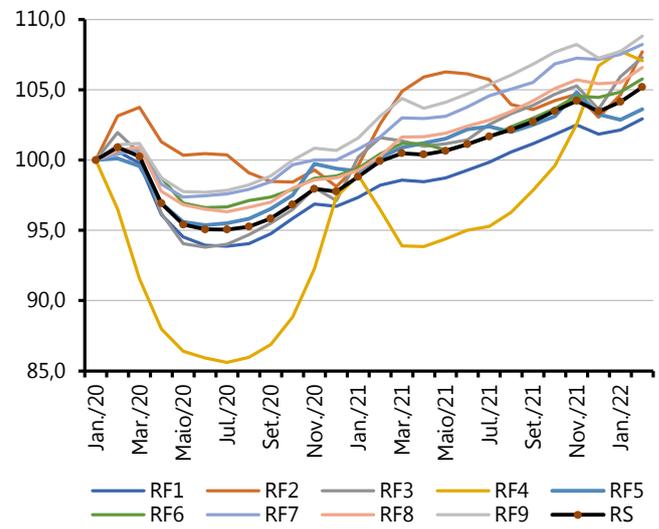
Quanto à RF7, é notável o peso, em sua estrutura produtiva e ocupacional, do complexo metalmeccânico e do segmento produtor de máquinas e equipamentos — especialmente o de máquinas agrícolas —, e este último, como já foi assinalado anteriormente, foi a divisão da CNAE 2.0 da IT que mais empregos adicionais gerou no período de 12 meses que se encerrou em fevereiro de 2022.

Mesmo com a considerável dispersão em seus resultados e a diversidade dos padrões sazonais — especialmente patente na linha da RF4, com sua cíclica retração nos meses mais frios do ano —, pode-se observar, no **Gráfico 13**, que há uma generalizada tendência de recuperação do emprego formal nas RFs gaúchas, desde meados de 2020, após a retração —

⁶ Em Xavier Sobrinho e Fiori (2019), a partir de outra base de dados do Ministério do Trabalho, também restrita ao emprego formal, a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), assinala-se que a RF1 havia recuado de uma participação de 52,1% do emprego gaúcho em 2013 para 47,9% em 2017.

também reconhecível em todos esses territórios — que marcou o início da pandemia.

Gráfico 13 - Índice do estoque de empregos formais nas Regiões Funcionais (RFs) do Rio Grande do Sul — jan./2020-fev./2022



Fonte dos dados brutos: Novo Caged (BRASIL, 2022).
Nota: Os índices têm como base jan./2020 = 100.

2.4 A VARIAÇÃO DO EMPREGO SEGUNDO ATRIBUTOS PESSOAIS DOS TRABALHADORES

No cômputo dos últimos 12 meses disponíveis na base do Novo Caged, reencontram-se, desta vez intensificadas, algumas tendências apontadas no último número deste boletim, que cobria um intervalo de tempo equivalente, com três meses de recuo.

A predominância das trabalhadoras mulheres na expansão do emprego, entre fevereiro de 2021 e fevereiro de 2022, foi ainda um pouco mais acentuada do que na observação anualizada anterior. Como mostra a **Tabela 10**, desta vez, elas foram responsáveis por 54,9% do total de novos vínculos formais (avançando 0,8 p.p. em relação aos 54,1% de novembro último). Esse diferencial mais do que compensa o encolhimento, relativamente mais intenso, que a força de trabalho feminina havia sofrido no primeiro ano da pandemia. Entre fevereiro de 2020 e o mesmo mês de 2021, o emprego das mulheres havia perdido 16,1 mil vínculos, enquanto o dos homens eliminara 8,4 mil. Após o resultado dos últimos 12 meses, a situação alterou-se: se forem computados os 24 meses entre fevereiro de 2020 e fevereiro de 2022, o saldo do emprego formal feminino é cerca de 10% superior ao masculino (55,6 mil *versus* 50,5 mil respectivamente). Ao se analisar esse movimento recente apreendido

pelo Novo Caged, deve-se ter presente que, segundo a RAIS — base de dados reconhecidamente mais acurada, embora menos tempestiva —, ao final de 2020, os homens ainda eram maioria (53,8%) no mercado formal gaúcho, embora a série histórica dessa pesquisa mostre tendência de gradativa redução das diferenças de participação entre os sexos.

Tabela 10 - Distribuição do saldo do emprego formal e participação no saldo em fev./2021-fev./2022 e participação no estoque de emprego formal em 31/dez./2020, segundo atributos selecionados dos trabalhadores, no Rio Grande do Sul

DISCRIMINAÇÃO	NOVO CAGED		RAIS 2020
	FEV/22	FEV/21	(31/DEZ)
	Saldo	Participação % no Saldo	Participação % no Estoque
Sexo (total)	130.583	100,0	100,0
Homens	58.905	45,1	53,8
Mulheres	71.678	54,9	46,2
Faixa etária (total)	130.583	100,0	100,0
Menos de 18 anos	29.953	22,9	1,0
De 18 a 24 anos	78.132	59,8	13,6
De 25 a 29 anos	15.615	12,0	13,5
De 30 a 39 anos	11.620	8,9	29,2
De 40 a 49 anos	8.058	6,2	23,1
De 50 a 64 anos	-8.745	-6,7	17,9
65 ou mais	-4.050	-3,1	1,7
Escolaridade (total)	130.583	100,0	100,0
Analfabeto	797	0,6	0,2
Fundamental incompleto	6.253	4,8	10,4
Fundamental completo	4.921	3,8	9,2
Médio incompleto	22.909	17,5	7,6
Médio completo	79.076	60,6	44,5
Superior incompleto	8.764	6,7	6,2
Superior completo	7.863	6,0	21,8

Fonte: Novo Caged (BRASIL, 2022).
RAIS (BRASIL, 2021).

O comportamento proporcionalmente mais positivo do emprego formal feminino, entre fevereiro de 2021 e fevereiro de 2022, reflete a recuperação das atividades de setores em que a participação das mulheres é mais expressiva, em especial o serviços, maior setor na estrutura ocupacional, em que elas são maioria⁷.

A análise da distribuição etária dos trabalhadores adicionais que o mercado formal gaúcho absorveu nos últimos 12 meses disponíveis evidencia, como aspecto mais impressionante, a participação dos menores de idade (22,9%) e dos jovens entre 18 e 24 anos (59,8%) na formação do saldo total de 130,6 mil

novos vínculos: nada menos que 82,8% desse incremento envolveram indivíduos com menos de 25 anos. Em novembro último, essa tendência já estava instaurada, mas era então de 74,9% a parcela que esse estrato mais jovem conquistava. Como relevante contraponto, tenha-se em conta que, na RAIS de 2020, tomada aqui como uma aproximação da estrutura do mercado formal de trabalho gaúcho, os trabalhadores com menos de 25 anos limitavam-se a menos de 15% do total de vínculos. Todos os intervalos etários acima dos 25 anos tiveram (progressiva) sub-representação na formação do saldo dos últimos 12 meses, a se prosseguir com o cotejo com a RAIS, e um aspecto bastante preocupante é que as faixas a partir dos 50 anos tiveram redução absoluta no número de empregados. Em 2020, elas reuniam, conjuntamente, quase um quinto da mão de obra formalmente empregada no Estado.

No quesito escolaridade dos trabalhadores, a expansão do emprego entre fevereiro de 2021 e fevereiro de 2022 privilegiou claramente os de nível médio completo e, mesmo, incompleto (cujas expansões responderam por 60,6% e por 17,5% do saldo total de novos vínculos respectivamente). Nos dois casos, a participação dessas faixas de escolaridade no emprego gerado nos 12 meses foi fortemente superior ao peso que detinham na estrutura apreendida pela RAIS de 2020. Que o recrutamento privilegie esses patamares de educação formal em detrimento dos que detêm menos anos completos de estudo poderia ser considerado tanto uma expressão de requisitos mais elevados de competências nos processos produtivos quanto um reflexo sociodemográfico da virtual universalização do ensino médio entre os indivíduos mais jovens, segmento etário que praticamente monopolizou os postos de trabalho gerados no período. Por certo, é importante abordar os destinos ocupacionais que “restam” para indivíduos mais velhos e/ou menos escolarizados, tendencialmente expulsos do segmento formal. Porém, para além desse desafio, a distribuição do saldo do Novo Caged evidencia que têm sido relativamente preteridos não apenas os menos escolarizados, mas também os que avançaram em sua formação para além do ensino médio. Trabalhadores com ensino superior completo, que representavam 21,8% da estrutura da RAIS de 2020, tiveram sua participação limitada a 6,0% dos vínculos adicionais que o mercado formal de trabalho gaúcho gerou entre fevereiro de 2021 e o mesmo mês de 2022.

⁷ Segundo a RAIS de 2020, em 31 de dezembro de 2020, na categorização em grandes setores, as mulheres representavam 56% do total de indivíduos formalmente empregados no setor serviços do RS.

2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que pode ser considerado o fechamento de um segundo ano completo desde a eclosão da pandemia de Covid-19 no Brasil e no Estado, o Rio Grande do Sul, segundo o Novo Caged, gerou, entre o final de fevereiro de 2021 e o final de fevereiro último, um saldo positivo em seu estoque de empregos formais, que atingiu 5,3%, com 130,6 mil vínculos adicionais. Esse resultado mais do que compensa a retração de 24,5 mil postos verificada no cômputo dos 12 meses imediatamente anteriores. Embora a série do Novo Caged só tenha início em janeiro de 2020, estudos anteriores demonstram como o mercado formal de trabalho, no País e no Estado, vem acumulando, desde meados da década passada, resultados de escasso alcance. Ademais, como a seção 1 deste boletim evidencia claramente, esse crescimento está muito distante de contra-arrestar as elevadas taxas de desocupação e informalidade que caracterizam o mercado de trabalho em seu conjunto.

O Rio Grande do Sul apresentou o segundo menor percentual de crescimento do emprego formal, no período analisado, entre as 27 unidades da Federação. Setorialmente, no Estado, o maior número de postos gerados (quase 60 mil) e a mais expressiva variação relativa (5,9%) ficaram com o setor serviços, que havia sofrido a mais severa redução no período anterior. A indústria, que havia crescido nos turbulentos 12 meses iniciais da pandemia — reduzindo de modo relevante o impacto ocupacional negativo daquela conjuntura —, não arrefeceu, nesse período analisado, apresentando a segunda melhor colocação, seja no percentual de expansão (5,2%), seja no número absoluto de postos criados (34,4 mil). Na indústria de transformação, o principal segmento a garantir aumento do emprego foi o de máquinas e equipamentos, com o maior número de vínculos adicionais criados e uma das mais altas taxas de crescimento. Pelo volume de postos, seguem-se couro e calçados e produtos de metal; em percentual de expansão, manutenção de máquinas e metalurgia superaram, mesmo que com pequena distância, o segmento de máquinas e equipamentos. A afinidade dessas atividades econômicas sublinha o impulso conquistado por esse complexo.

Dentre as atividades terciárias, segmentos fortemente abalados nos primeiros meses da pandemia destacaram-se, agora, pela intensidade de sua recuperação, especialmente alojamento e alimentação, en-

quanto outros que haviam conquistado expansão mantiveram, na conjuntura mais recente, o impulso positivo, caso das atividades de saúde ou as imobiliárias.

As nove Regiões Funcionais do RS apresentaram crescimento do emprego formal, tendo mais uma vez como *outlier*, positivamente, o Litoral (RF4), onde o número de vínculos legalizados cresceu 11,0%, enquanto a RF5 (Sul) ficou, novamente, com a mais baixa variação (3,4%).

O emprego no Estado, entre fevereiro de 2021 e fevereiro de 2022, cresceu mais para as mulheres, compensando e revertendo o diferencial dos 12 meses anteriores, que as havia penalizado mais do que aos homens. O saldo de novos vínculos concentrou-se muito fortemente nos indivíduos mais jovens: 82,8% do saldo de emprego direcionaram-se a indivíduos com menos de 25 anos, enquanto as faixas etárias a partir dos 50 anos, na contramão do movimento geral do mercado formal, viram seus contingentes diminuir. Trabalhadores e trabalhadoras com ensino médio completo foram, do ponto de vista da escolaridade, o segmento que mais se expandiu proporcionalmente. Essa tendência não significou o estreitamento de oportunidades apenas para os menos escolarizados: também os indivíduos com ensino superior completo estiveram claramente sub-representados nessa expansão recente do emprego formal no Estado

REFERÊNCIAS

BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: SPGG/ DEE, v. 3, n. 4, 2021. Disponível em: <https://admin-planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/202110/11160237-boletim-de-trabalho-dezembro-2021.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2022.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. **Base estatística RAIS**. Brasília, DF: MTP, 2021. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php>. Acesso em 14 fev. 2022.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. **Estatísticas mensais do emprego formal**: Novo CAGED: fevereiro de 2022. [Brasília, DF]: MTP, 2022. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojNW15NWl0ODEtYmZiYy00Mjg3LTkzNWUtY2UyYjIwMDE1YWI2IiwidCI6IjNlYzkyOTY5LTVhNTEtNGYxOC04YWw5LWVmOThmYmFmYTtk3OCJ9&pageName=ReportSectionb52b07ec3b5f3ac6c749>. Acesso em: 28 fev. 2022.

CARVALHO, S. Retrato dos rendimentos e horas trabalhadas durante a pandemia – resultados da PNAD Contínua do segundo trimestre de 2021. **Carta de Conjuntura IPEA**, Brasília, DF, n. 52, p. 1-17, 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/210917_cc_52_nota_25_rendimentos_do_trabalho.pdf. Acesso em: 22 set. 2021.

CEPAL. **Panorama social de América Latina 2021**. Santiago: CEPAL, 2022. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/47718/1/S2100655_es.pdf. Acesso em: 16 fev. 2022.

IBGE. **Contas Nacionais Trimestrais**: indicadores de volume e valores correntes: out.-dez. 2021. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2121/cnt_2021_4tri.pdf. Acesso em: 4 mar. 2022.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua**: PNAD Contínua — Quadro sintético. Rio de Janeiro: IBGE, 2022a. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Quadro_Sintetico/2021/pnadc_202104_trimestre_quadroSintetico.pdf. Acesso em: 24 fev. 2022.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua**: PNAD Contínua — Microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2022b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?edicao=33030&t=microdados>. Acesso em: 24 fev. 2022.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua — Divulgação Trimestral — 4.º trimestre de 2021. Rio de Janeiro: IBGE, 2022c. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadct/brasil>. Acesso em: 24 fev. 2022.

OIT. **Panorama laboral 2021**: América Latina y el Caribe. Lima: OIT, 2021. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms_836196.pdf. Acesso em: 17 fev. 2022.

OIT. **Panorama laboral en tiempos de la COVID-19**: impactos en el mercado de trabajo y los ingresos en América Latina y el Caribe. Lima: OIT, 2020. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms_756694.pdf. Acesso em: 9 dez. 2020.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística. **Resultados do PIB trimestral do Rio Grande do Sul**: 4.º trimestre de 2021. Porto Alegre: SPGG/DEE, 2022. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/pib-trimestral>. Acesso em: 16 mar. 2022.

XAVIER SOBRINHO, Guilherme G. de F.; FIORI, Tomás P. **Estrutura e evolução do emprego formal no RS e suas Regiões Funcionais (2003-17)**. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, 2019. (Nota Técnica, n. 7). Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/upload/arquivos/202003/03181050-nt-emprego-formal.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2022.



NOVAS FAÇANHAS

NO PLANEJAMENTO,
GOVERNANÇA E GESTÃO

planejamento.rs.gov.br